

História Diversa

Danila Barbosa de Castilho
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2019

Danila Barbosa de Castilho

(Organizadora)

História Diversa

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

H673 História diversa [recurso eletrônico] / Organizadora Danila Barbosa de Castilho. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-054-4

DOI 10.22533/at.ed.544192201

1. História – Estudo e ensino. 2. História – Filosofia. I. Castilho, Danila Barbosa de.

CDD 900.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A história preocupa-se com o estudo do homem no tempo. O tempo é compreendido como algo complexo, não linear e os documentos produzidos no passado são vestígios que podem ser interpretados sob diferentes perspectivas.

O conhecimento histórico é construído num processo constante de reflexão com os autores, as fontes e as relações sociais. Essa construção torna-se uma tarefa atenta aos contextos e com rigor quando o pesquisador problematiza suas fontes.

Neste processo de construção o passado é lido a partir do presente utilizando fontes – que podem ser escritas, orais, fotográficas, entre outras – e em diálogo com outras ciências como a filosofia, a sociologia, a teologia, a antropologia e etc.

Essa diversidade de fontes, temas e diálogos estão presentes nos textos apresentados nesta coletânea. Diferente das ciências exatas a história está sempre em busca dos porquês.

Ao encontrar uma possível resposta o historiador pode modificar análises feitas anteriormente e provocar novas investigações sob outros pontos de vista. Assim espera-se que esta obra possa, além de divulgar textos recentes, estimular novas pesquisas.

Boa leitura!

Danila Barbosa de Castilho

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	8
AS LINGUAGENS DE LIDERANÇA EVANGÉLICA NA COMUNIDADE GÓLGOTA DE CURITIBA/PR NA CONTEMPORANEIDADE	
Maralice Maschio	
DOI 10.22533/at.ed.5441922011	
CAPÍTULO 2	20
SINCRETISMO RELIGIOSO NO BRASIL (COLONIAL): UMA PERSPECTIVA DE ANÁLISE ATRAVÉS DA OBRA <i>CASA GRANDE & SENZALA</i>	
Lidiana Gonçalves Godoy Zanati Ricardo Oliveira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.5441922012	
CAPÍTULO 3	27
<i>PONTIFEX MAXIMUS</i> E MONARQUIA INGLESA: BIPOLARIZAÇÃO E DISPUTA DE PODERES NA ERA ELISABETANA	
Giovana Eloá Mantovani Mulza	
DOI 10.22533/at.ed.5441922013	
CAPÍTULO 4	43
SEM QUERER, QUERENDO: CATOLICISMO E POLÍTICA NA AUTOBIOGRAFIA DE ROBERTO GÓMEZ BOLAÑOS	
Priscila de Andrade Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.5441922014	
CAPÍTULO 5	55
A AÇÃO POPULAR MARXISTA-LENINISTA E A PRODUÇÃO DE REVOLUCIONÁRIOS NA DÉCADA DE 1960	
Olívia Candeia Lima Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.5441922015	
CAPÍTULO 6	67
A CONSTITUIÇÃO OUTORGADA BRASILEIRA DE 1824	
William Geovane Carlos	
DOI 10.22533/at.ed.5441922016	
CAPÍTULO 7	75
A OCUPAÇÃO AMERICANA E A CONSTITUIÇÃO JAPONESA NO PÓS-GUERRA	
Douglas Pastrello	
DOI 10.22533/at.ed.5441922017	
CAPÍTULO 8	86
BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS QUESTÕES COTIDIANAS DE VIDA E DE TRABALHO NO VARGUISMO E NO PERONISMO	
Mayra Coan Lago	
DOI 10.22533/at.ed.5441922018	

CAPÍTULO 9	102
COM POUCOS TIJOLOS E MUITOS VOTOS: O CONJUNTO HABITACIONAL ITARARÉ E AS ELEIÇÕES DE 1978 (TERESINA-PI)	
Marcelo de Sousa Neto	
DOI 10.22533/at.ed.5441922019	
CAPÍTULO 10	119
FONTES ORAIS & HISTÓRIA POLÍTICA E OS ESTUDOS DE HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL	
Pere Petit	
DOI 10.22533/at.ed.54419220110	
CAPÍTULO 11	128
O EXÍLIO COMO PRÁTICA DO TERRORISMO DE ESTADO (TDE): O CASO DE UM GRUPO DE GAÚCHOS EXILADOS NO CHILE (1970 -1973)	
Cristiane Medianeira Ávila Dias	
DOI 10.22533/at.ed.54419220111	
CAPÍTULO 12	141
CONHECENDO AS COMUNIDADES, FORTALECENDO SABERES	
Márcia Regina Bierhals	
Nóris Beatriz Costa Ney	
DOI 10.22533/at.ed.54419220112	
CAPÍTULO 13	149
EDUCAÇÃO DO CAMPO E AS CIÊNCIAS HUMANAS: A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA POPULAR NA FAZENDA LARANJAL EM ITAPURANGA	
Valtuir Moreira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.54419220113	
CAPÍTULO 14	161
O ESTAGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Cristina Aparecida de Carvalho	
Michelle Castro Lima	
Marco Antônio Franco do Amaral	
DOI 10.22533/at.ed.54419220114	
CAPÍTULO 15	175
O LÚDICO NO ENSINO DE ÁFRICA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: VALORIZAÇÃO DE NOSSAS RAÍZES	
Vanessa Cristina Meneses Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.54419220115	
CAPÍTULO 16	182
UMA EXPERIÊNCIA COM A HISTÓRIA ORAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA À LUZ DO LETRAMENTO	
Augusto José Savedra Lima	
Nilton Paulo Ponciano	
Marta de Faria e Cunha Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.54419220116	

CAPÍTULO 17	190
MULHERES <i>QUEER</i> : CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES DE MULHERES DJS	
Edson Sucena Junior	
DOI 10.22533/at.ed.54419220117	
CAPÍTULO 18	202
“LAÇOS DE PAPEL”: AS RELAÇÕES DE AMIZADE, CONFIANÇA E RESSENTIMENTO ESTABELECIDAS ATRAVÉS DA ESCRITA DE CARTAS DA BARONESA AMÉLIA PARA SUA FILHA AMÉLIA ENTRE OS ANOS DE 1885 A 1917 NA CIDADE DE PELOTAS/RS	
Talita Gonçalves Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.54419220118	
CAPÍTULO 19	213
A MULHER, TAL QUAL O PANTANAL SOBREPÕE AOS SEUS LIMITES - MIRELE GELLER, LIMITES ROMPIDOS	
Juliana Cristina Ribeiro da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.54419220119	
CAPÍTULO 20	229
A RELAÇÃO GÊNERO-RAÇA EM <i>MARU</i> DE BESSIE HEAD	
Valdirene Baminger Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.54419220120	
CAPÍTULO 21	241
AGREMIÇÕES NEGRAS: CACUMBIS, RANCHOS, CORDÕES, BLOCOS CARNAVALESCOS E ESCOLAS DE SAMBA (FLORIANÓPOLIS, 1920-1955)	
Karla Leandro Rascke	
DOI 10.22533/at.ed.54419220121	
CAPÍTULO 22	256
ENTRE O RELATO E A ESCRITA: ORALIDADE E TEXTUALIDADE EM O. G. REGO DE CARVALHO	
Pedro Pio Fontineles Filho	
DOI 10.22533/at.ed.54419220122	
SOBRE A ORGANIZADORA	268

EDUCAÇÃO DO CAMPO E AS CIÊNCIAS HUMANAS: A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA POPULAR NA FAZENDA LARANJAL EM ITAPURANGA

Valtuir Moreira da Silva

UEG Câmpus Itapuranga

Prof. Dr. em História, Coordenador dos Projetos de Extensão Saberes nas Ruralidades e de Pesquisa Organização popular e a Diocese de Goiás: mobilização e luta do campesinato em Goiás (1967-1998)

Email: valtuir13@gmail.com

RESUMO: A educação do campo como um processo formativo que se estruturou na História do Brasil, a partir da terceira década do século XX, consolidando-se como espaços de experiências produzidas por movimentos sociais dos trabalhadores rurais, aos quais foram sendo incorporados como programa e projetos do estado brasileiro a partir de 1945. Visualizamos que, a educação do campo se insere na luta social dos movimentos sociais que se estruturaram desde as ligas camponesas, com as comunidades eclesiais de base, com o sindicalismo rural e com as suas inúmeras centrais sindicais e movimentos de luta, campo e cidade, que surgiram a partir da década de 1980. Para nossa pesquisa apoiamos em Thompson (1998), Brandão (1981), Frei Beto (2004), Freire (1996). Como políticas públicas do estado brasileiro percebe-se a apropriação de inúmeras experiências desenvolvidas nos movimentos sociais e tornando-se um instrumento de resposta a sociedade nacional

e organismos internacionais de que se produz a educação que atenda aos camponeses, aos quais em 2013, temos no Brasil, cerca de 8,3% de analfabetos. As fontes principais de consultas foram os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, fontes bibliográficas, documentos que nos foram cedidos na primeira experiência de educação de adultos no município de Itapuranga-Goiás, produzida pelos trabalhadores rurais, na Fazenda Laranjal, na década de 1980.

Palavras-chave: Camponeses, Educação Popular, Educação do Campo e Experiência

ABSTRACT: The education of the countryside as a formative process that was structured in the History of Brazil, from the third decade of the twentieth century, by consolidating as room for experiences produced by social movements of the rural workers, to which they were incorporated as a program and projects of the Brazilian state from 1945. We see that the education of the countryside inserts the social struggle of the social movements that have been structured from the peasant leagues, to the basic ecclesial communities, to the rural syndicalism and its innumerable syndical centers and fighting movements, which emerged from the 1980s. For our research we support Thompson (1998), Brandão (1981), Frei Beto (2004), Freire (1996).

As public policies of the Brazilian state we can see the appropriation of numerous experiences developed in the social movements and becoming an instrument of response to the national society and international organizations that produce the education that serves the peasants, in which in 2013, we have in Brazil, about 8.3% of illiterates. The main sources of queries were the data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics – IBGE, bibliographic sources, documents that were given to us in the first experience of adult education in the municipality of Itapuranga-Goiás, produced by the rural workers, at Laranjal Farm, in the 1980s.

KEYWORDS: Peasants, Popular Education, the countryside Education and Experience

Ao pensarmos a educação do campo no Brasil somos levados em perceber que fora construída através dos movimentos populares e sociais. Quando nos propomos em discutir a temática em tela, interpela-nos conhecer o processo de construção das experiências que se constituíram nos programas e políticas públicas que lidaram com um ambiente educativo para jovens e adultos. Reconhece-se que existiu um processo histórico que não se pode perder de vista.

Salientamos que, desde o processo de conquista português, 1549, os jesuítas nos legaram informações de que existira a preocupação em desenvolver uma educação para os adultos. Razão pela qual, estamos cientes de que sempre existira um processo de construção da educação para jovens e adultos, muito presente nas experiências sociais, constituídas por movimentos populares, mas sempre negado pelo Estado, enquanto políticas públicas.

A certeza de um processo em curso historicamente são perceptíveis em movimentos sociais dos operários paulistas, ligados ao anarquismo, anarco-sindicalismo e grupos socialistas que sempre tivera em suas lutas uma educação para todos, inclusive os jovens e adultos. Ressalte que, na produção de políticas de estado, somente a partir da Lei 19.513 de 25 de agosto de 1945 é que estivera presentes um programa oficial que traz para a seara pública a preocupação com a educação de jovens e adultos. Todo este percurso com a preocupação de alfabetizar os jovens e adultos que estivessem fora do sistema regular de ensino brasileiro sempre fora parte da demanda dos movimentos populares. Para Beserra e Barreto (1994, p. 167) foram criados:

a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA (1947); o Movimento de Educação de Base – MEB, sistema rádio educativo criado na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil com o apoio do Governo Federal (1961); além dos Centros Populares de Cultura – CPC (1963), Movimento de Cultura Popular – MCP e a Campanha Pé no Chão. Também se Aprende a Ler – CPCTAL, sendo que o primeiro estava mais voltado para atender às necessidades de qualificação da mão-de-obra para o setor industrial (além da necessidade de ampliar os “currais” eleitorais mantidos pelas práticas “clientelísticas”), os demais tinham o intuito de atender às populações das regiões menos desenvolvidas, além da preocupação de conscientização e integração desse grupo através da alfabetização e utilização do sistema Paulo Freire (BRASIL, 1945).

Veja-se que não há uma preocupação em se tornar tais intentos como uma política de estado, mas tudo estava voltado para atender aos programas e campanhas, quem sabe de compensação, cujo objetivo fora enfrentar os desafios de uma educação voltada para tal segmento. Um país, ao qual uma grande maioria da população era formada por analfabetos, ao qual no Brasil, somente depois do governo Vargas (1930-45), que se tornara um parte do projeto de construção de um país moderno e industrializado.

A seguir podemos constatar as disparidades e desafios que marcaram a trajetória de enfrentamento da educação para jovens e adultos, aos quais temos a metade da população brasileira formada por analfabetos, cidadãos que estavam acima dos 15 anos eram os grandes expoentes desta estatística.

Analfabetismo na faixa de 15 anos ou mais no Brasil, 1900-2010

Ano	Total*	Analfabeta*	Taxa de analfabetismo
1900	9.728	6.348	65,25%
1920	17.564	11.409	64,96%
1930	23.648	13.629	57,63%
1940	30.188	15.272	50,59%
1960	40.233	15.964	39,68%
1970	53.633	18.100	33,75%
1980	74.600	19.356	25,95%
1991	94.891	18.682	19,69%
2000	119.533	16.295	13,63%
2010	144.824	13.941	9,63%

nte: IBGE (2010).

Dados estes que nos mostram que houve uma queda na taxa de analfabetismo, levando-nos a compreender que a inserção de jovens e adultos nos programas oficiais e das instituições educativas são cada vez mais frequentes. Infere-se que há um quadro desolador, pois temos no Brasil, em 2013, 8,5% da população em situação de analfabetismo.

Todo este esforço de construção das políticas de estado para a educação de jovens e adultos contém uma intensa mobilização social que marcou e continua sendo importante instrumento nesta trajetória. E que, tais cobranças para que tenhamos no Brasil um programa alvissareiro de enfrentamento e oferta da educação no campo tornou-se obrigatório com a Lei 9394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, que em seu artigo 37 garante um instrumental para que o Estado, enquanto ente federado, possa investir em tais programas.

Com a LDB 9394/96 teremos em nível de governo federal, uma inconstância, na medida em que, os partidos políticos no Brasil, ao chegarem ao poder não produzem políticas de estado, mas versão em programas partidários e criam suas políticas de governo para o campo, de acordo com os interesses e instrumentos ideológicos. Logo, um programa do estado que enfrente e faça valer direitos constitucionais para

a educação dos jovens e adultos, não aparecem mais como políticas compensatórias e com estatísticas para dar respostas a sociedade e organismo internacionais que financiam projetos de educação.

Tivemos assim, uma diversidade de programas, projetos e tentativas de criação de enfrentamentos para com a educação de jovens e adultos, aos quais existem experiências alvissareiras, tanto àquelas ligadas aos entes federados, como as produzidas por movimentos sociais, tanto operários quanto camponeses, na imensa diversidade espacial, social e cultural do Brasil.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, nos dão a dimensão das políticas de educação para o campo em alguns Estados brasileiros, ao qual demonstra o panorama do analfabetismo nas unidades da federação, levando a uma percepção de que, ainda existem muitas lutas para serem enfrentadas em relação a tal demanda social brasileira.

Nesta constante busca de entendimento das políticas públicas para atender à tal demanda, de acordo com os dados do Censo Escolar, 2013, as matrículas em relação a educação do campo estão diminuindo ano após ano, confirmando as nossas inferências de que todo este escopo governamental para fazer frente a este desafio, ainda precisa melhor ser gestado. A seguir apresentamos o gráfico que retrata tal questão:

Frente a tal realidade de construção e luta por direitos sociais é que os trabalhadores brasileiros – campo e cidade, sempre colocaram em seus embates a inserção da educação no e do campo, algo que fora incorporado nas decisões governamentais, tanto em nível federal quanto estadual, tornando-se programas que procuram dar uma resposta às demandas constituídas historicamente.

Saliente-se que, a Educação do Campo seja uma condicionantes destes movimentos sociais, a experiência produzida pelos trabalhadores rurais em Itapuranga, município de Goiás, localizado na região Centro-Oeste do país, pode nos dar uma demonstração interessante de como a busca por uma inserção da educação para os jovens e adultos também foram pautas importantes nas lutas camponesas no Brasil. Exemplo histórico da Escola Popular do Laranjal que se fez e refez com os interesses dos camponeses, construída a partir de uma demanda destes atores sociais.

Escola Popular da Fazenda Laranjal

Na minha região todo mundo dizia isto, na união do povo uns ajuda os outros, principalmente ajuda os mais fracos.

(José Lemes)

Na década de 1980, um grupo de professores e voluntários, preocupados com o número de pessoas adultas que não tinham o conhecimento da leitura ou não eram alfabetizadas, se reúnem para discutir formas de sanar esta deficiência que o poder público, mesmo tendo conhecimento do problema, não se preocupava em resolvê-lo,

como não se preocupa na atualidade, fazendo propaganda nos meios midiáticos, mas não atacando o cerne do problema.

Tal demanda, como vimos, não é recente como observamos ao recorrermos aos fatos que permearam a educação ao longo de nossa história, tendo como propostas dos governantes uma educação excludente voltada para a classe dominante, não permitido às camadas sociais mais baixas terem acesso ao saber, ou preparando-os para ser mão de obra barata explorados pelo capital, deixando-os sem conhecer seus direitos.

No século passado, muitos educadores tentaram mudar esse quadro criando um novo tipo de educação que fosse mais libertária, mas encontrou uma forte resistência por parte do poder dominante, ou por parte do poder econômico que exerce uma imposição fortíssima no poder político existente em nosso país. Portanto as novas buscas por mudanças irão encontrar um caminho cheio de obstáculos, mas muitos educadores foram buscar algo mais para mudar a forma de educar e um conceito novo para trabalhar com novos métodos a serem aplicados na alfabetização de crianças e adultos.

Em 1960, inicia em Pernambuco um movimento liderado por alguns professores e estudantes da Universidade Federal deste Estado, que tinha como ponto fundamental construir uma nova forma de pensar a educação e traçar um novo caminho que pudesse ter uma nova metodologia partindo do princípio de como seria elaborado, para quem seria elaborado e quem elaboraria.

A ideia começa a tomar forma para elaborar um novo método que se diferenciasse dos demais, que fosse libertador e não servisse apenas para aumentar o número daqueles que apenas soubessem assinar o “nome”, tornando-se mais um joguete nas mãos dos políticos inescrupulosos, que utilizavam do voto de cabresto para se manterem no poder e continuar dominando os trabalhadores, não lhes dando o direito de livre escolha. Não era permitido questionar o que estava acontecendo, e muito menos procurar formas que lhes auxiliassem na busca por mudanças ou novos rumos para sua sobrevivência.

Carlos Rodrigues Brandão (1981) fazendo uma referência ao novo método elaborado por um grupo de professores e alunos assim se expressa: “Na aurora do tempo em que, coletivamente, pela única vez alguma educação no Brasil foi criativa e sonhou que poderia servir para libertar o homem, mais do que, apenas, para ensiná-lo, torna-lo doméstico” (Brandão, 19981 p.16). Nessa afirmativa Brandão ressalta a nova proposta de educação elaborada a partir dos estudos e reuniões realizadas pelo grupo de alunos voluntários, em que a educação seria uma ferramenta que pudesse dar uma nova dimensão a esta nova metodologia, onde o foco principal é a busca por uma educação libertadora na formação da consciência crítica dos no vos alfabetizados.

A experiência desta forma de pensar e executar uma nova proposta educacional, começa no nordeste, onde os “de pé no chão”, elaboram uma nova cartilha, partindo de seu cotidiano e suas principais dificuldades, dentro de sua realidade local. Brandão

citando Paulo Freire assim se expressa:

Os resultados obtidos_300 trabalhadores alfabetizados em 45 dias_ impressionaram profundamente a opinião pública. Decidiu-se aplicar o método em todo o território nacional, mas desta vez com o apoio do Governo Federal. E foi assim que entre junho de 1963 e março de 1964, foram realizados cursos de coordenadores na maior parte das Capitais dos Estados brasileiros(...).O plano de ação de 1964 previa a instalação de 20.000 círculos de cultura, capazes de formar no mesmo ano, por volta de 2 milhões de alunos.(...) (Brandão, 1981 p.18-19).

Nesta referência, Brandão ressalta os avanços e o sucesso que o novo método alcançou no meio das comunidades rurais ou que viviam em pequenas vilas sem nenhum apoio das autoridades, deixando-os em um total abandono. Com a ideia deste grupo de professores e alunos da Universidade Federal de Pernambuco encampam essa nova metodologia, criando junto com os próprios interessados ou autores a forma de ação a ser implantada e estruturadas de acordo com o meio em que vivem.

Voltado aos anos 1980, com o regresso do exílio Paulo Freire e muitos educadores preocupados com o avanço calamitoso do analfabetismo em nosso país, resolvem se reunir para procurar alternativas na tentativa de diminuir as dificuldades e os problemas que afligiam nosso povo simples que não tiveram condições de frequentar escola na sua infância porque tinham que auxiliar no trabalho pesado as suas famílias para sobreviverem, sendo impedidos de buscar o conhecimento escolar.

Em um município do interior do Estado de Goiás, Itapuranga, um grupo de professores da rede oficial de educação, juntamente com outros voluntários se reuniram e começaram a discutir maneiras de auxiliar as pessoas adultas que moravam nas comunidades rurais, cujo objetivo era ensinar a ler, ou não tinham consciência de seus direitos, sendo explorados pelo poder político e do capital, se interessaram em buscar novos caminhos. Diante da provocação, partem para elaboração de uma cartilha com as palavras geradoras, que faziam parte de seu cotidiano, sendo que os animadores mais ouviam do que falavam, acatando as sugestões dos futuros alunos. Terminada esta etapa, os professores animadores elaboraram as cartilhas com as palavras sugeridas pela comunidade.

Entre as palavras geradoras elaboradas pelos trabalhadores vamos encontrar algumas que estão diretamente ligadas ao seu universo cotiando, tal como visualizar na imagem a seguir:



Figura 1: Material didático trabalhando com palavras geradoras.

Fonte: Folha de exercícios da Escola Laranjal, 1983.

Como podemos observar, as palavras geradoras mencionadas, aparecem as dificuldades ortográficas, que serão estudadas posteriormente. Outra iniciativa do grupo foi a necessidade de aprenderem a matemática, não a matemática clássica, mas aquela voltada para as suas atividades diárias, para não serem “passados para traz” pelos espertalhões do comércio, fatos que aconteciam constantemente.

A experiência educativa aconteceu na Comunidade do Laranjal, na década de 1980, com um grupo de lavradores e lavadoras, tendo como animadores as professoras Eliana da Cunha Machado, Maria Conceição Teixeira, Maria Lúcia Vanuchi, Maria Teixeira e Perpétua Maria de Camargos Gontijo. Esse grupo se deslocava da cidade para a Comunidade do laranjal, usando os meios de transportes mais diversos, indo desde as caminhadas a pé, ônibus, carroças e bicicletas. Foi um esforço por parte, tanto dos animadores, como por parte dos educandos que depois da exaustiva jornada de trabalho, ainda encontravam forças para frequentarem assiduamente as aulas noturnas.

Enfrentando as dificuldades que eram muitas, os monitores em menos de quatro meses conseguiram, não só alfabetizar, mas discutir seus direitos e se prepararem para enfrentar o explorador na pessoa do atravessador (aquele que comprava seus produtos a preços irrisórios achando que ainda estava fazendo um grande favor), procurando se unir porque começaram a acreditar que unidos seriam mais fortes.

Diante desta experiência, outras comunidades do município de Itapuranga também manifestaram o desejo de participarem desta nova experiência, que havia rendido à

comunidade do Laranjal uma nova maneira de ver o mundo. Assim a comunidade do, então, distrito de Guaraíta, também decidiram discutir com os trabalhadores e solicitar da equipe de monitores do Laranjal ajuda para montar uma experiência semelhante.

Nessa construção educativa evidenciou a preocupação, tanto das professoras quanto dos trabalhadores, de relacionar o que deveria ser ensinado com o seu fazer. No exercício de matemática a seguir, encontrado no caderno de planejamento da Escola, verifica-se que o objetivo era aproximar experiência e ensino, empregando muitos elementos presentes nas vendas e nas compras da produção e insumos efetuados na cidade de Itapuranga:

Vendi 6 dúzias de ovos por CR\$ 2.100,00, quanto saiu cada dúzia?

Emprestei a um amigo CR\$ 315.000,00 a 15% a.m., quanto recebi de juros?

Fui à cidade e comprei:

2 kg de açúcar por CR\$ 540,00,

1 litro de querosene por CR\$ 400,00

1 kg de macarrão por CR\$ 430,00,

1kg de café por CR\$ 800,00

1 kg sal por CR\$ 120.

Dei CR\$ 5.000,00 para pagar, qual foi o meu troco?

Vendi 320 sacos de milho a CR\$ 7.500,00. Quanto recebi?

Em mais um pequeno trecho, também extraído do caderno de planejamento, produzido em 1983, podemos ver que havia intenção de colocar em debate o ideal e importância da organização para vencer e fortalecer a luta camponesa sempre, a seguir um texto que fora lido e estudado no projeto da Escola Popular da Fazenda Laranja.

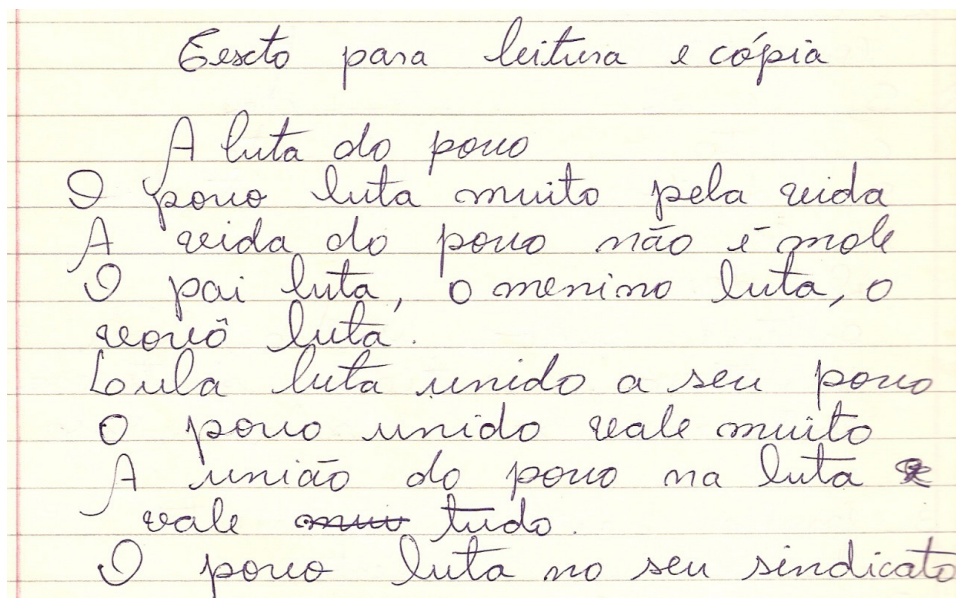


Figura 2: Texto para leitura e debate com os alunos trabalhadores rurais.

Fonte: Caderno de Planejamento, jun., 1983.

Com o desenvolvimento das atividades escolares na Fazenda Laranjal houve um encontro dos camponeses consigo mesmo. Tal como narra Zé Lemes afirmando que: “Mas foi uma experiência muito boa. Sabe, nessa escola a gente aprendeu, aprendeu tanto assim. Desenvolveu a leitura, mais junto, com agora, aqueles que não sabia quase nada mesmo, desenvolveu também bastante a leitura”. Consequentemente, após as primeiras experiências de estudo, os alunos-camponeses, foram percebendo que sabiam muitas coisas, talvez o que faltava era a sistematização e a percepção, como disse Paulo Freire, aprender-aprender, construindo-se o conhecimento dialógico.

Todo este arcabouço de mobilização e aprendizado socializado possibilitou aos camponeses que frequentavam as aulas na Escola potencializar suas lutas por seus direitos e conseguindo demonstrar que os trabalhadores eram integrantes e produtores da história. Com todo o seu passado de embates e enfrentamentos sociais e políticos serviram para instrumentalizar outras atividades organizativas, como Associação dos Produtores e Cooperativa.

Ressalte que, com os aprendizados constituídos a partir de suas próprias histórias teve papel proeminente no engajamento de algumas dessas famílias em fazer parte da luta pela terra em outras regiões do Estado de Goiás, enfrentando o poder de mando do latifúndio e o fortalecimento da luta sindical.

O casal Raimundo e Maria das Graças que, em seus depoimentos, narra que a própria tomada de decisão de participar do movimento pela terra foi influência direta do que aprendeu naquela escola. Além disso, o casal ressalta que aprenderam a valorizar algumas coisas que aprenderam com seus pais, como por exemplo manter a tradição de uma festa de São João, sendo reinventada, agora, no Projeto de Assentamento Lagoa Grande, no município de Heitoraí. Maria das Graças assim resumiu assim o papel da Escola do Laranjal:

Aprendia tudo. Aprendia a História do Brasil, igual na Escola que eu tô agora. E muita coisa que eu aprendi foi lá. Eu lembro tudinho que nós aprendeu lá. Era uma aula de história muito boa. Só porque era assim, era mais oral, falada. Nós quase num escrevia, mas ficava prestando atenção, e aprendeu muita coisa. Aprendia também muita coisa de escola assim mesmo.

Havia todo um esforço das professoras para realização dos materiais e das aulas na Escola Popular da Fazenda Laranjal. Se reuniam com os trabalhadores e juntos produziram uma cartilha que continha as palavras geradoras ligadas ao seu cotidiano. Assim, o ato de ensinar e aprender se constituía desde as conversas informais, produção do material e no ouvir das experiências dos camponeses. Sempre fazendo um diálogo.

Portanto, a experiência da Escola Popular do Laranjal baseou-se no Método Paulo Freire tornando uma ferramenta essencial na escolarização das famílias camponesas envolvidas. Estivera presente a alfabetização, a conscientização política, a busca pelos seus direitos como cidadãos e a luta em defesa da liberdade de ação diante dos exploradores e da política clientelista que utilizavam o povo como massa de manobra para se manter no poder. Construiu-se uma nova consciência política, social e cultural a partir da vivência da educação de jovens e adultos com os camponeses em Itapuranga.

Tal contumaz fora o ato educativo, a partir do dialogismo freiano, que ao findar o primeiro ano de aula na Escola do Laranjal, Zé Lemes deixou registrado, através de um poema, a leitura sobre tal ação desenvolvida em sua comunidade. No dia 13 de outubro de 1981, escreveu e declamou a poética educativa:

O dia 15 de outubro
É o dia do professor
Eu tenho muita estima
É um profissional lutador
A quem eu devo o que sei
Por isso sempre respeitei
E reconheço seu valor.

Professores da cidade,
Também da zona rural,
Faz um esforço danado
Às vezes, ganham muito mal
Seja mulher, ou seja, homem
Estão engrandecendo o nome
De nosso país em geral.

Mas vou deixar tudo de lado

Pra falar da nossa Escola
No dia 20 de abril
Lá pelas 19 horas
No ano de 1981,
Se não me falha a memória
Os alunos muitos animados
Tudo estava preparado
Português, matemática, ciência e história.

Era um sonho antigo
Tornando-se realidade.
O povo da roça estudar
Sem precisar ir pra cidade
Este foi um pequeno exemplo
Era falado há muito tempo
Pois tínhamos necessidade.

Eram cinco professores
Dotados de capacidade
Ensinava ler, escrever e contar
E enxergar a realidade
Até lições foram feitas
Aqui da nossa comunidade
Professoras eficientes
Fizeram um trabalho excelente
E com muito boa vontade.

Todo caminho tem espinho
Quem quiser ver pisa no chão
Aqui logo apareceu problema de condução
Mais tudo aqui funcionou
Na base da cooperação
Carros, carroças e bicicletas
Tudo foi posto em ação
Ai veja as coisas como é
Andaram até a pé
Mas as aulas não pararam não.

Esta festa ia ser feita
Depois de tudo encerrado
Mas hoje foi antecipada
Vamos ainda ver um filme
O dia já está marcado
Aos meus colegas de classe
Dou um abraço apertado.
Aprendemos coisas novas
Vamos terminar nossas provas
E aguardar os resultados.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rebelais**. São Paulo: HUCITEC, 2002.

BENJAMIN, W. **Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BORDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRANDÃO, C. R. **O que é método Paulo Freire**. Editora Brasiliense: Rio de Janeiro, 1981.

DARTON, R. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FREIRE, P.; BETO, F. **Essa escola chamada vida**. Ática: São Paulo, 2ª. Ed, 2004.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-054-4

